

DAN JONES



AUTOR DE *TEMPLÁRIOS* E *HENRIQUE V*



CRUZADOS

A HISTÓRIA ÉPICA *das* GUERRAS

✠ *pela* TERRA SANTA ✠

Para Walter
χαλεπὰ τὰ καλὰ

ÍNDICE

Lista de mapas	11
Introdução	19

PARTE I: A Ordália, ou o Juízo de Deus

1 O conde e o imã	27
2 Poetas e reis das taifas	37
3 Império sob cerco	49
4 <i>Deus vult!</i>	61
5 A aventura do pregador	77
6 A marcha dos príncipes	93
7 O inverno mais longo	111
8 Jerusalém	129
9 Dividir os despojos	147

PARTE II: Reino do Céu

10 Sigurd, <i>o Cruzado</i>	163
11 Campos de sangue	177
12 Uma nova cavalaria	193
13 Melisanda, <i>a Magnífica</i>	209

14	As espadas de nossos pais	225
15	Convertidos ou eliminados.	239
16	A história repete-se	257
17	A corrida para o Egito	275
18	Por causa dos nossos pecados	293

PARTE III: Os Frutos da Terra

19	Leões e corações de leão	313
20	Consumidos pelo fogo	333
21	Inimigos entre nós	357
22	O rio do paraíso	379
23	<i>Immutator mundi</i>	399
24	<i>Khans</i> e reis	419
25	O inimigo que veio do inferno	437
26	Fragmentos e sonhos	457
27	Admiráveis mundos novos	471

	Epílogo: Cruzados 2.0	485
--	---------------------------------	-----

APÊNDICES

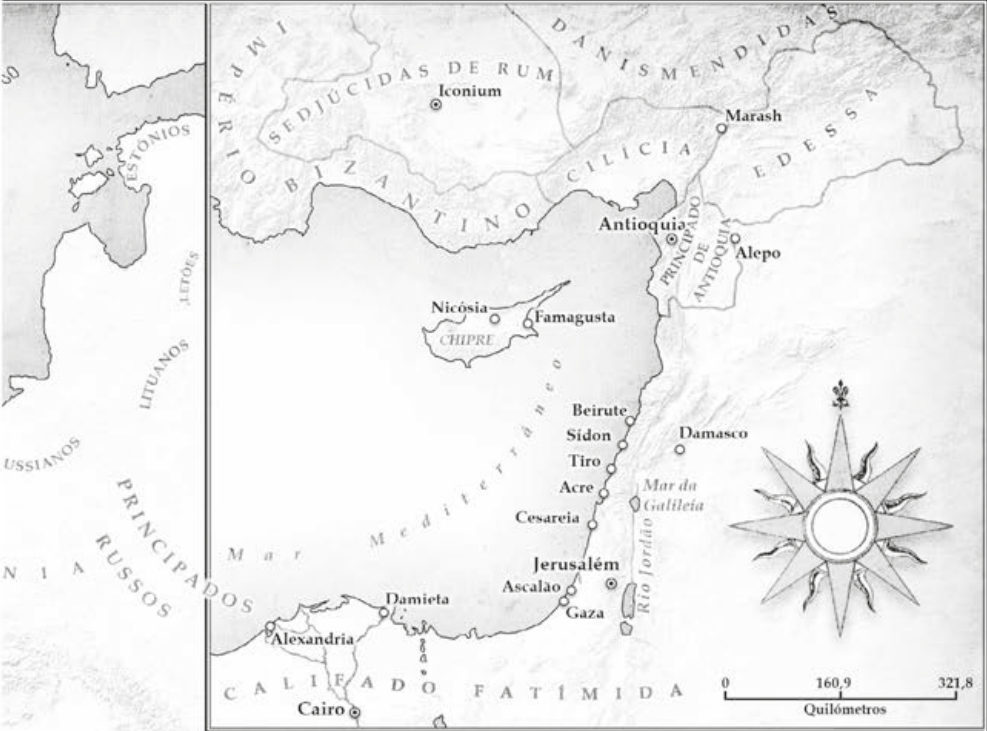
	Apêndice I: Principais personalidades	495
	Apêndice II: Reis e rainhas de Jerusalém	507
	Apêndice III: Papas	509
	Apêndice IV: Imperadores	511
	Notas	513
	Bibliografia	555
	Índice remissivo	573

*Naquele tempo, os homens preocupavam-se tanto
com peles como com a salvação das almas.*

ADÃO DE BREMEN (c. 1076)

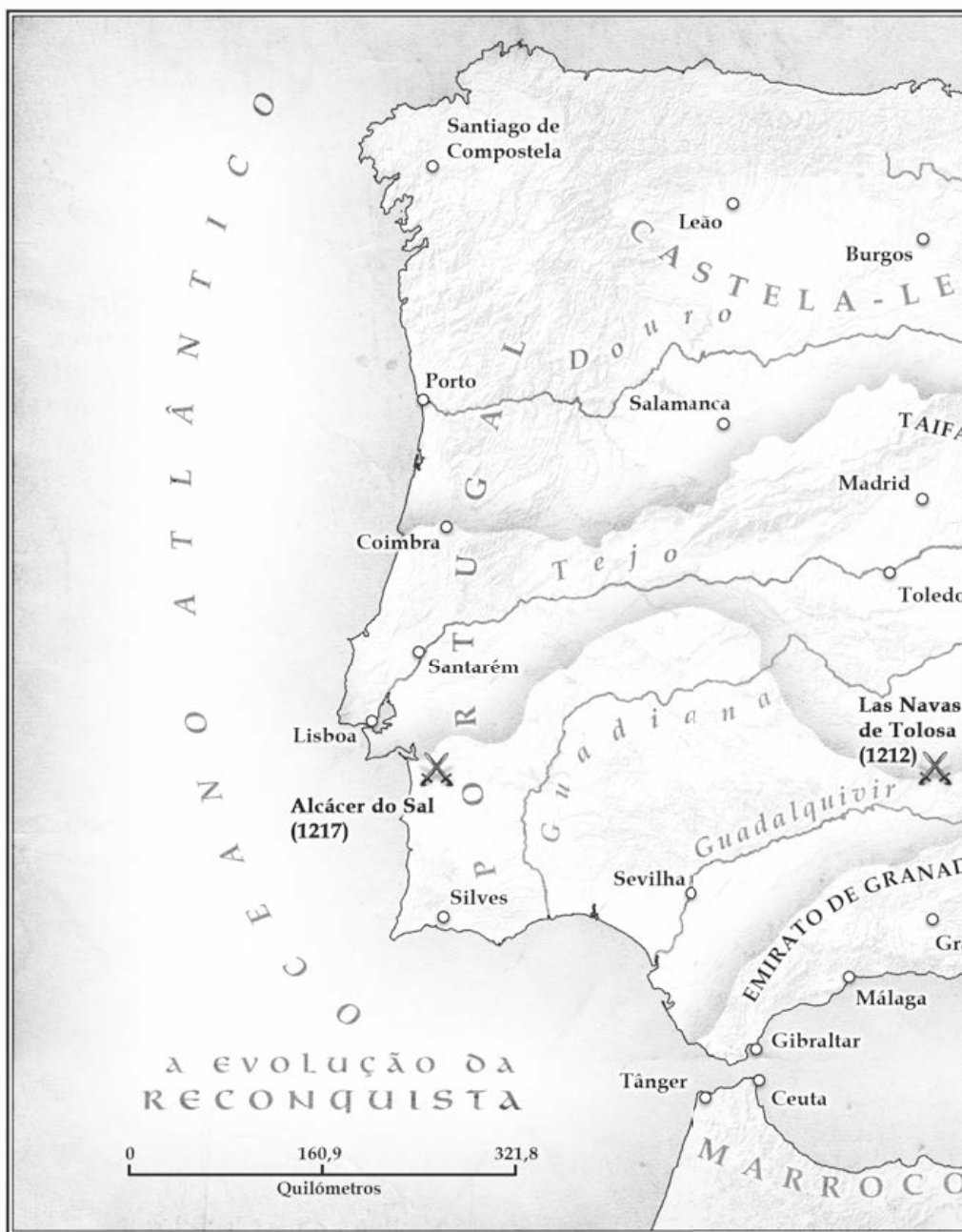
LISTA DE MAPAS

1. A Europa e a Terra Santa após a Primeira Cruzada, <i>c.</i> 1099 .	12
2. Os Estados Cruzados no século XII	14
3. A Evolução da Reconquista	16
4. A Marcha dos Primeiros Cruzados desde Constantinopla, 1097–1099	94
5. O Cerco de Antioquia, 1097–1098	113
6. O Cerco de Jerusalém, junho-julho de 1099.	130
7. A Segunda Cruzada, 1147–1149	258
8. As Tribos Pagãs do Báltico, <i>c.</i> 1100	359
9. O Delta do Nilo na Quinta Cruzada, 1217–1221	380
10. Mongóis e Mamelucos, <i>c.</i> 1260	420



OS ESTADOS CRUZADOS
NO SÉCULO XII







INTRODUÇÃO

Uma epopeia escrita com sangue...

Pouco antes da Páscoa do ano de 1188, um arcebispo inglês da Cantuária viajou para Gales numa missão de recrutamento. A guerra eclodira no Mediterrâneo Oriental, a milhares de quilómetros de distância, e este arcebispo, de nome Balduíno de Forde, fora encarregado de apelar a muitos milhares de robustos combatentes para que se juntassem a um exército que ali seria reunido.

Não foi, como será evidente, uma missão fácil. Para aqueles que decidiam juntar-se, a viagem por terra e mar com destino ao Levante, e o seu regresso, levaria pelo menos dezoito meses. E iria custar elevadas somas de dinheiro. Existiam fortes probabilidades de naufrágios, roubos, emboscadas e morte por doença muito antes de se conseguir chegar ao destino — o reino cristão de Jerusalém, na Palestina. As hipóteses de regresso a casa com despojos pilhados eram mínimas. Na verdade, as perspetivas de voltar eram assustadoramente reduzidas.

O comandante inimigo — o sultão curdo do Egipto e da Síria, Salah al-Din Yusuf ibn Ayyub, coloquialmente conhecido por Saladino — era altamente capacitado e havia já infligido uma sequência de devastadoras derrotas aos exércitos dos cristãos do Ocidente, em geral conhecidos por «Francos». No verão anterior, arrasara um exército colossal em batalha, aprisionara o rei de Jerusalém, apoderara-se do santo lenho da Cruz de Cristo e expulsara os governantes cristãos da cidade de Jerusalém. A única e a mais certa recompensa dos que iam para a guerra vingar a conquista

de Saladino seria a redenção no Além, onde se considerava que Deus favoreceria os participantes ao garantir-lhes uma entrada harmoniosa e imediata no Paraíso.

Numa época religiosa obcecada pelo amearhar de boas ações e pela remissão dos pecados, embora fosse uma oferta mais tentadora do que poderá parecer nos nossos dias, Balduíno via o seu trabalho dificultado quando, com o seu séquito, desbravava caminho por Gales, de cidade em cidade: a pregar, a convencer e a acirrar o entusiasmo para uma guerra contra um inimigo que o seu público nunca vira, numa região que quase ninguém visitara a não ser nos respetivos imaginários.

No pequeno povoado de Aberteifi, no ocidente de Gales, um jovem casal entrou em conflito com a chegada de Balduíno. O marido decidiu seguir na cruzada. A mulher resolveu que ele não iria a lugar algum. Segundo o autor Geraldo de Gales, que viajava com o arcebispo Balduíno e guardou um registo vívido desta viagem (embora, infelizmente, tenha omitido os nomes do casal), a mulher «agarrou-se-lhe à capa e ao cinto, e à frente de todos [...] impediu-o de acompanhar o arcebispo».¹ Discutiram e a mulher acabou por ganhar. Porém, como escreveu Geraldo, esta vitória revelou-se, assustadoramente, de curta duração: «Três noites passadas, escutou uma voz terrível: “Privaste-me do meu servo; por isso, serás apartada de tudo o que amas.”»

Naquela noite, rodou acidentalmente sobre o próprio corpo asfixiando até à morte o filho pequeno com quem partilhava o leito. Foi uma tragédia. Mas também, como compreendeu, um presságio. Embora o arcebispo Balduíno já tivesse partido, o consternado casal procurou o bispo da sua diocese, participando-lhe aquele acidente atroz e implorando perdão.

Só haveria uma solução. E todos sabiam qual. Os cristãos que pretenderam partir para combater Saladino anunciavam este novo estatuto com um juramento, cosendo uma cruz de pano na manga e tornando-se em guerreiros sagrados do exército de Cristo.

A mulher coseu a cruz na manga do marido.

Este é um livro sobre as cruzadas: campanhas militares praticadas na Idade Média por exércitos cristãos abençoados pelo papa contra os alegados inimigos de Cristo e da Igreja de Roma. O título *Cruzados* reflete em simultâneo a temática e a sua abordagem. Durante largo tempo, na Idade Média, não existia uma expressão que, por si só, descrevesse as «cruzadas» tal como hoje as consideramos: uma sequência de oito ou nove grandes expedições que partiram da Europa Ocidental para a Terra Santa, complementadas por uma série de outras guerras diretamente associadas, travadas desde os territórios abrasados pelo sol da costa norte-africana até às florestas geladas da região do Báltico. No entanto, nos primeiros tempos deste fenómeno, certamente terá *existido* uma expressão de referência para quem se lhes juntou. Os homens e as mulheres que tomaram parte nestes conflitos penitentes, na esperança da salvação espiritual, eram conhecidos em latim como *crucesignati* — os assinalados pela cruz. Por isso, neste sentido, a ideia de cruzado precede a ideia de cruzadas, sendo uma das razões pelas quais a preferi aqui.

Mais importante, contudo, o título *Cruzados* reflete a abordagem à narrativa que adotei para o livro. É composta por uma série de episódios organizados de forma sequencial e cronológica, nos quais figuram indivíduos envolvidos nas cruzadas, para enquadrar de forma abrangente um quadro histórico de todo este período. As figuras que faço acompanhar nesta viagem são os «cruzados» do título do livro, um elenco completo que, na sua interação, espero, consigam contar-nos a história das cruzadas desde as linhas da frente.

Ao optar pelos cruzados, exponho deliberadamente a minha abrangência. Selecionei mulheres e homens, cristãos das igrejas do Oriente e do Ocidente, muçulmanos sunitas e xiitas, árabes, judeus, turcos, curdos, sírios, egípcios, berberes e mongóis. Há gente de Inglaterra, do País de Gales, de França, da Escandinávia, da Alemanha, de Itália, de Espanha, de Portugal, dos Balcãs e do Norte de África. Até um grupo de vikings. Alguns assumem

papéis principais, outros são meros figurantes. No entanto, trata-se da história de todos eles.

O resultado, no seu todo, é uma história marcadamente pluralista das cruzadas. Historiograficamente, é o mesmo que dizer que não se concentra em exclusivo sobre o nascimento, a sobrevivência e o colapso dos Estados cruzados da Palestina e da Síria, bem como das guerras contra os muçulmanos nestas regiões. Vai mais além e contextualiza este fio condutor da história cruzada nas cruzadas oficiais colaterais que ocorreram na Península Ibérica, no Báltico, na Europa Oriental, no sul de França, na Sicília e na Anatólia, e nas não oficiais, os movimentos populistas que se ergueram um pouco por todo o lado. Quanto à narrativa em si, significa que a nossa história é conduzida por uma diversidade de povos, um coletivo que, no seu conjunto, nos fornece um caleidoscópio de perspetivas intrigantes e coloridas da época que partilham.

De qualquer modo, foi este o objetivo. Como é natural, ao apresentar este livro, sinto-me profundamente consciente — e muito grato por isso — das muitas análises sobre as cruzadas publicadas nos anos mais recentes. Talvez a mais importante, apesar da idade, ainda seja a gloriosa crónica em três volumes de *sir* Steven Runciman, *A History of the Crusades* (1951–1954); porém, mais recentemente, os leitores de língua inglesa foram também abençoados com a publicação de *God's War: A New History of the Crusades* (2006), de Christopher Tyerman; *As Cruzadas: A Guerra Pela Terra Santa* (edição portuguesa de 2024), de Thomas Asbridge; a terceira edição de *Guerreiros Sagrados: Uma História Moderna das Cruzadas* (edição portuguesa de 2023), de Jonathan Phillips; o excelente *The Crusades: A History* (2014), de Jonathan Riley-Smith; e *The Race for Paradise: An Islamic History of the Crusades* (2014), de Paul M. Cobb. Todas estas obras são soberbas orientações para este período e embora, neste livro, me tenha limitado a recolher transcrições de fontes primárias, senti-me bastante seguro por poder dispor na minha estante destes modernos e exemplares compêndios de história — ao lado de centenas

de outras obras e artigos, genéricos ou mais especializados, de outros acadêmicos. Sem o trabalho de várias gerações de historiadores das cruzadas, passados e presentes, este livro não teria, simplesmente, sido possível.

Cruzados divide-se em três partes. A primeira analisa o período em que foram desenvolvidos os muitos fios condutores de pensamentos, ações e armamentos que influenciaram o movimento das cruzadas desde 1060. Começa com a espantosa história da Primeira Cruzada e termina com a queda de Jerusalém em julho de 1099.

A segunda parte do livro retoma a história alguns anos depois, no início do século XII. Traça o crescimento e o desenvolvimento dos Estados cruzados na Síria e na Palestina, lança um olhar sobre as guerras entre os soberanos cristãos e as potências islâmicas na Península Ibérica (conhecidas por Reconquista) e explora a disseminação dos cruzados além destes dois cenários, para um novo domínio em torno da costa do mar Báltico. A narrativa desta segunda parte está associada a duas crises maiores: a perda de Edessa em 1144, que desencadeou a Segunda Cruzada, e a queda de Jerusalém para Saladino, em 1187, que deu origem à Terceira.

A terceira e última parte alude aos esforços desesperados da cristandade ocidental para recuperar Jerusalém na primeira metade do século XIII, seguidos do declínio dos Estados cruzados no Levante após a ascensão dos impérios mongol e mameluco. Também aborda a dramática expansão e politização da ideologia das cruzadas e das suas instituições durante, e após, o pontificado de Inocêncio III, bem como o processo em que as cruzadas se viraram para novos inimigos: dentro e fora da Igreja, reais e imaginários. Mantendo o compromisso de um processo narrativo continuado e amplo, este livro não termina em 1291 com o colapso do reino de Jerusalém, mas apenas em 1492 com o fim da Reconquista e com a transmissão dos impulsos e das energias dos cruzados para o Novo Mundo. Por fim, conclui com um breve epílogo que esboça a continuidade e a mutação das memórias das cruzadas até aos dias de hoje.

Por si só, cada um dos capítulos poderia ser, e em muitos casos assim foi, alvo de estudo aprofundado. É meu desejo que o leitor se inspire naquilo que se segue e estude de forma mais aprofundada a história das cruzadas, e que todos quantos tenham lido mais sobre esta época possam apreciar a minha abordagem. Tal como em todos os meus livros, desejo acima de tudo que este relato entretenha e ensine. Pois, como escreveu *sir* Steven Runciman, «a história romântica das cruzadas foi uma epopeia escrita com sangue».²

Foi. E ainda é. Começemos.

Dan Jones
Staines-upon-Thames
Primavera de 2019

PARTE I

A ORDÁLIA,
OU O JUÍZO
DE DEUS

1

O CONDE E O IMÃ

*Identificou duas formas de obter lucro,
uma para a alma e outra para os seus bens materiais...*

O conde Rogério da Sicília ergueu uma perna e soltou uma flatulência. «Pela verdade da minha religião», exclamou, «há mais uso para isto do que para aquilo que acabastes de proferir!»¹

Repreendeu os seus — um tanto perplexos — conselheiros. Diante deles, observavam um conde de quase 50 anos, carregado até aos ossos de experiências em campanhas militares no sul da Península Itálica e nas ilhas do Mediterrâneo Central. Enquanto jovem combatente, foi descrito por um adulator como «alto e bem constituído, orador muito eloquente, astuto em conselho, visionário no planeamento, jovial e agradável para todos».² Ao chegar à meia-idade, estava bastante calejado e não era homem para desperdiçar palavras com tolos.

O plano que os conselheiros defendiam começou por parecer bom, tão bom como os planos dos homens da corte tantas vezes o são antes de acabarem esquarterados pelas críticas dos poderosos irritadiços. Não muito longe da Sicília, do outro lado do mar — aproximadamente a 120 quilómetros no ponto menos distante — estão os resquícios daquela que fora em tempos idos Cartago, depois a província romana África e, agora, no final do século XI, Ifriqiya¹. As suas cidades — incluindo a capital

¹ Hoje é o Magrebe Oriental: região do litoral norte-africano, aproximadamente coberta pelo nordeste da Argélia, Tunísia e noroeste da Líbia.

Mahdia (*al-Mahdiyya*), na costa, e Kairouan (*Qayrawan*), no interior, onde uma grandiosa mesquita e escola foi durante muitas gerações frequentada pelos maiores filósofos e estudiosos das ciências naturais do Norte de África — encontravam-se sob a liderança instável de uma dinastia de muçulmanos berberes em plena fragmentação, conhecidos por Ziridas. O interior do território era controlado por diversas tribos árabes de beduínos enviadas do Egito para expulsar os Ziridas. A estabilidade política colapsava. Aqui havia terras de cultivo aconchegantes e férteis. Aqui cresceram prósperas cidades portuárias. Tudo pronto para ser conquistado? Assim pensavam os conselheiros de Rogério e, por isso, recomendaram ao seu ríspido soberano a proposta de um primo ao qual uma fonte apenas atribui o nome de «Balduíno».³

Este Balduíno havia tomado posse de um grande exército de soldados cristãos, e procurava algum lugar ímpio para conquistar. Pediu a bênção de Rogério para se deslocar à Sicília com o intuito de a utilizar como plataforma para uma invasão a Ifriqiya. «Serei vosso vizinho», exclamou à guisa de boas novas. No entanto, Rogério da Sicília não estava para boas vizinhanças. Ifriqiya era, com efeito, governada por seguidores do islão, como respondeu, mas sucede que aqueles infiéis são parceiros declarados dos Sicilianos no que respeita a acordos de manutenção de paz, facultando também uma rica troca de mercadorias nos mercados e portos da ilha. A última coisa que desejaria, declarou aos seus apaniguados ali reunidos, era um primo que viesse perturbar a sua hospitalidade, acenando com uma guerra imprudente que poderia pôr termo ao comércio siciliano se obtivesse êxito naquela campanha e, por outro lado, custar-lhe-ia muito dinheiro em apoio militar caso fracassasse.

Ifriqiya poderia ser vulnerável, e se alguém a pretendesse capturar, seria o próprio Rogério. Este passara os últimos vinte e cinco anos — quase toda a vida adulta — a estabelecer a sua autoridade na região e teria, decerto, um fim impreciso caso a pusesse em risco, ao dar abrigo a uma estratégia descuidada, engendrada por um familiar que nunca talhara o chão da ilha com o seu suor.

Se este Balduíno quisesse combater os muçulmanos, como afirmou Rogério, teria de encontrar um outro lugar do Mediterrâneo para o fazer. Existiam muitos outros sítios, até poderia invocar alguns, preferíveis ao quintal da Sicília. Chamou o emissário de Balduíno à sua presença e informou-o da decisão que tomara. Caso o seu mestre estivesse a falar a sério, disse-lhe, «a melhor forma [de o fazer] é conquistando Jerusalém».⁴

E foi assim que tudo começou.

Rogério, conde da Sicília, era o mais diligente homem da Europa do século XI. Nasceu por volta do ano 1040 como o mais novo de doze filhos gerados por um nobre menor da Normandia, de nome Tancredo de Hauteville. De acordo com o protocolo hereditário, nascer segundo filho implicava uma longa vida de caça à fortuna em razão de não receber uma herança fácil: ter onze irmãos pela frente era um desastre. No entanto, pelo fim do século, os Normandos começaram a abrir o seu próprio caminho pela Europa Ocidental. Chegariam ao trono da Inglaterra saxónica em 1066. Em simultâneo, o sul da Península Itálica sucumbia ao seu charme. Para os filhos mais novos, as oportunidades poderiam ser limitadas na Normandia, mas para alguém com vontade de viajar, abundavam. Assim, Rogério deixou ainda jovem a sua terra no que é hoje o noroeste francês e partiu para territórios que haviam já seduzido muitos dos seus familiares e patrícios: as ricas, mas instáveis, regiões do sul da Península Itálica, a Calábria e a Apúlia.

Situadas na ponta e no calcanhar da bota itálica, a Calábria e a Apúlia eram territórios com muitos recursos, onde a autoridade era contestada e um jovem ambicioso com inclinação para a política e para as armas poderia fazer nome. Outros Normandos do clã Hauteville já aqui haviam tido êxito ao combaterem as superpotências rivais da região: nomeadamente os Gregos Bizantinos e os pontífices de Roma, ambos vistos pelos Normandos com uma desconfiança a roçar o pânico. Os mais bem-sucedidos foram os irmãos de Rogério, Guilherme *Braço de Ferro*, Drogo e o excepcionalmente dotado Roberto Guiscard (*guichart* significa, no francês

antigo, «astuto» ou «furtivo»). Quando da chegada de Rogério, os dois primeiros já tinham morrido e Roberto Guiscard reivindicara o título de «conde da Apúlia e da Calábria». Só que haveria ainda muitas aventuras para viver. A família conseguira a submissão dos povos do sul da Península Itálica ao decepar-lhes narizes, mãos e pés e arrancando-lhes os olhos.⁵ A história tribal dos Normandos refere que descendem de um guerreiro escandinavo de nome Rollo que se convertera ao cristianismo, sobretudo, como forma de se assegurar de que homens de toda uma panóplia de domínios se ajoelhariam ao seu comando.⁶ Rogério e Roberto nunca chegariam a perder o jeito viking de persuasão pelo fio da espada.

Em boa parte, graças a esta reputação de violência extravagante, nem todos aprovaram a invasão normanda do sul da península. Na opinião de um eminente eclesiástico da época, os Normandos eram «a mais fétida sujidade do mundo, filhos da imundície, tiranos que emergiram da ralé».⁷ No entanto, o papado assumiu uma visão diferente desde meados do século, pois sucessivos papas aligeiraram a sua hostilidade para com os Normandos começando por considerá-los, ainda assim, muito rudes, embora potenciais, úteis e práticos aliados que poderiam ser utilizados para desbloquear a agenda de Roma. Em parte, o papado chegou a esta conclusão sob coação — em 1053, os Normandos arrasaram um exército pontifício em combate, aprisionando o antecessor de Nicolau, o papa Leão IX. Seja como for, em 1059, o papa Nicolau II acabaria por conceder à família Hauteville o domínio da Calábria e da Apúlia, permitindo-lhe hastear uma insígnia papal¹ em batalha diante dos seus exércitos: uma honra que outorgou a Roberto Guiscard em troca de quatro camelos. E isto não foi apenas a aceitação do *statu quo*. O papa especulou que, um dia, alguém do clã normando também poderia, «com a ajuda de Deus e de São Pedro», conquistar e governar a Sicília: a enorme ilha triangular

¹ Anos depois, seria enviada uma insígnia papal a outro lorde normando: Guilherme, o Bastardo, duque da Normandia, hasteou-a à frente dos seus exércitos quando invadiu a Inglaterra em 1066.

do outro lado do Estreito de Messina estivera sob soberania árabe desde o século IX.⁸ Trazer todo o sul da Península Itálica ao domínio da Igreja Romana representaria um grande avanço nas ambições do papado.⁹ Acompanhando este raciocínio, se os Normandos o conseguissem, todos os transtornos causados em território continental durante as muitas décadas desde a chegada destes robustos homens do Norte teriam valido a pena.

A conquista da Sicília muito se deveu a Rogério e ao seu irmão Roberto Guiscard, embora não tanto pelos motivos em que foi apresentada ao papa. Agradar a Deus poderia ser algo feito localmente de forma satisfatória, fundando e apoiando comunidades de monges e freiras, louvando Cristo e cumprindo os dias santos. Combater numa guerra mais afastada, cercando e subjugando uma ilha com 25 mil quilômetros quadrados, uma linha de costa com cerca de 1500 quilômetros e uma grande área de montanhas vulcânicas ao centro, seria um ato piedoso que exigiria uma justificação mais substancial e terrena.

Felizmente, a Sicília apresentava uma abundância de razões. Húmida no inverno e quente no verão, a ilha possuía das melhores terras de cultivo do Mediterrâneo, produzindo prodigiosas quantidades de cereais mediante técnicas agrícolas bastante desenvolvidas sob a governação dos emires islâmicos. Ali vicejavam arroz, limões, tâmaras e cana-de-açúcar. Os artesãos sicilianos produziam algodão e papiro. As águas calmas mantinham os pescadores ocupados; peregrinos do sul de Espanha muçulmano faziam escala na ilha para se refrescarem na viagem a Meca para realizar o *hadjj*. Cidades costeiras como Palermo, Siracusa, Catânia, Messina e Agrigento eram mercados florescentes do Mediterrâneo Central onde os mercadores do Médio Oriente e do nordeste africano podiam estabelecer o comércio com aqueles que faziam as rotas mercantis da Europa Central e Ocidental. A população local, de que faziam parte muçulmanos árabes e berberes, cristãos ortodoxos gregos e judeus, representava uma lucrativa base de tributação, tal como os emires haviam demonstrado com a prática

islâmica de impor um imposto, conhecido por *jizya*, aos não muçulmanos que não desejassem converter-se.

Assim, o hino apostólico da conquista siciliana lançado sobre Rogério e Roberto Guiscard em 1059 fazia todo o sentido. Tal como um cronista monástico siciliano de nome Godofredo Malaterra contou quando:

aquele muito distinto jovem Rogério [...] ouviu que a Sicília estava nas mãos de descrentes [...] foi possuído pelo desejo de a capturar [...] Identificou duas formas de obter lucro, uma para a alma e outra para os seus bens materiais, caso conseguisse trazer ao credo Divino um reino entregue à idolatria.¹⁰

Dinheiro e imortalidade — estas duas tentações intemporais foram mais do que suficientes para convencer Rogério e Roberto Guiscard a atravessar o Estreito de Messina numa sucessão de invasões iniciadas nos princípios da década de 1060. Capturar a Sicília aos árabes não seria fácil nem rápido, mas quando os irmãos normandos concentraram toda a atenção, introduzindo bloqueios navais e combatentes em número reduzido, todavia conhecedores do estilo normando de combate — com armaduras ligeiras e cavalaria pesada, espessos escudos de madeira e torres de assalto — revelaram-se de muito difícil resistência. Exploraram as rivalidades das fações islâmicas na ilha que, algumas vezes, no passado, haviam contratado mercenários cristãos na Península Itálica e tinham mais do que vontade de colaborar com os exércitos normandos para prosseguir as suas próprias ambições de supremacia política.¹¹ Dedicaram-se a uma guerra psicológica básica, mas eficiente: violentando as mulheres dos inimigos ou enviando pombos-correio encharcados de sangue para anunciar as vitórias. Resultado: Palermo caiu em 1072 após um cerco de cinco meses. Em meados da década de 1080, a maior parte da ilha estava já sob controlo normando. O inveterado aventureiro Roberto Guiscard foi em busca de novos estímulos, combatendo no Império Bizantino, fazendo deslocar a soberania normanda até à Dalmácia,

Macedónia e Tessália, deixando Rogério, o irmão mais novo, a governar mais ou menos à sua vontade como conde da Sicília.

Em 1091, finaliza-se a conquista da Sicília e Rogério é um dos mais admirados suseranos cristãos da Europa — recebe propostas de casamento para as filhas vindas dos reis de França, dos Estados germânicos e da Hungria, estabelece por toda a ilha bispados obedientes ao papa (mais do que aos patriarcas da Igreja Ortodoxa) e superintende uma população que continuará ricamente diversificada em credos e culturas como sempre estivera. Rogério edificou e patrocinou igrejas e mosteiros na Sicília — um ato piedoso comum a todos os soberanos da época, nomeadamente para os que tivessem as mãos muito sujas de sangue humano. A Mesquita de Palermo, originalmente construída como basílica bizantina, foi mais uma vez consagrada, desta feita como igreja obediente aos rituais latinos. Nesta ocasião, os muçulmanos derrotados terão sido obrigados a converter-se ao cristianismo.¹² O sistema de tributação *jizya* sofreu uma inversão, passando os muçulmanos, ao contrário dos cristãos, a pagar imposto (o *censum* ou *tributum*) para poderem praticar o seu credo¹³. Os judeus também pagavam um imposto. Porém, Rogério de modo algum estava a desenvolver uma teocracia. Com efeito, eclesiásticos de regiões mais a norte na Europa, de visita, comentaram que Rogério não só permitia aos muçulmanos que servissem nos seus exércitos, mas também (como afirmaram) lhes recusava, intransigentemente, a conversão à causa de Cristo.¹⁴ E o próprio conde foi mais vezes pragmático do que dogmático quando se apresentava aos seus súbditos. As moedas de cobre conhecidas como *trifollari*, cunhadas para serem utilizadas pelos súbditos cristãos, exibiam Rogério como um glorioso cavaleiro cristão a cavalo, envergando uma lança sagrada e com inscrições do seu nome em latim: Conde Rogério (ROGERIVS COMES).¹⁵ Todavia, cada *tari* de ouro — a moeda cunhada para uso dos súbditos muçulmanos — trazia uma inscrição em árabe: «Não há Deus senão Alá, Maomé é o profeta de Alá.» Outras moedas árabes de Rogério e as suas cartas no mesmo idioma referiam-se-lhe de modo diverso como *imã*, *malik* e *sultão*: senhor, soberano e rei.¹⁶



Então, o que deveremos pensar da incrível história da recusa de Rogério em alargar os seus êxitos na Sicília e patrocinar uma invasão a Ifriqiya? O relato chegou-nos através de um erudito de nome Ibn al-Athir que viveu, e morreu, em Mossul (no atual Iraque) entre 1160 e 1233. A sua obra-prima foi uma crónica magistral confiantemente intitulada *al-Kamil fi'l ta'rikh: A História Perfeita*.

Ibn al-Athir foi um historiador sério que dedicou centenas de milhares de palavras a uma história do mundo iniciada na Criação e seguindo até aos combates políticos e militares relativos ao vasto mundo islâmico ocorridos durante a sua vida, sobre a qual lança um olhar abrangente e, frequentemente, muito perspicaz. Dada a época em que viveu, os cruzados e as respetivas motivações destacaram-se, naturalmente, nos meandros dos seus interesses, entregando-se a um pensamento sério sobre as origens das guerras santas que eclodiram fulgurantes e constantes em toda a bacia mediterrânea durante o seu tempo de vida. A sua opção de colocar a responsabilidade em cima de Rogério da Sicília (que caracteriza como rude, fétido e cínico — o arquétipo exato do senhor cruzado) é importante, mesmo que não deva ser considerada demasiado à letra¹. Provavelmente, a personagem «Balduíno» representa Balduíno I, futuro rei de Jerusalém, mas não existem provas que corroborem o facto de que assim tenha sido.

No seu relato, talvez Ibn al-Athir estivesse a tentar combinar aquilo que ficou a saber após uma retrospectiva das origens das cruzadas na Terra Santa com uma história mais específica de origem e sabor regional. Em 1087, de acordo com o cronista

¹ De forma interessante, a demonstrativa flatulência de Rogério não foi um pormenor apenas para Ibn al-Athir. Godofredo Malaterra regista o caso de um exército normando a cercar Palermo em 1064, cuja campanha sofreu uma invasão de tarântulas. «Quem por elas fosse picado, ficaria cheio de gases, a sofrer tanto que seria incapaz de evitar que o mesmo gás lhe saísse do ânus com um ruído repugnante.» Kenneth Baxter Wolf (trad. para inglês), *The Deeds of Count Rogério of Calabria and Sicily and of his Brother Duke Robert Guiscard: by Geoffrey Malaterra* (Ann Arbor, 2005), p. 114.

Malaterra, Ifriqiya viu-se sob ataque marítimo por um exército reunido pelos mercadores de Pisa «que saíram para fazer negócio em África, acabando por sofrer alguns ferimentos».¹⁷ Num relato muito menos grotesco e colorido do que o de Ibn al-Athir, Malaterra refere, simplesmente, que os Pisanos se ofereceram para laurear Rogério com a coroa de Ifriqiya caso os ajudasse a capturar a cidade de Mahdia. Rogério objetou, afirmando que acabara de estabelecer um tratado de paz com as autoridades locais. Mas não referiu Jerusalém. Segundo Malaterra, os Pisanos estabeleceram o seu próprio acordo com o soberano zirida, aceitando um pagamento em dinheiro para não importunar Mahdia.

Porém, a coisa não ficaria por aqui. Quando Ibn al-Athir faz a introdução da sua história sobre o conde Rogério e o domínio de Ifriqiya, fá-lo num amplo contexto mediterrâneo. Por alturas da conquista da Sicília pelos Normandos e da sua ameaça sobre a costa de Ifriqiya, também, como escreveu, «tomaram a cidade de Toledo e outras cidades das Espanhas [...] Mais tarde, como vereis, conquistariam outras regiões».¹⁸ Na verdade, «eles» assim o fizeram. Em Espanha, no Norte de África, nas ilhas do Mediterrâneo e noutros locais, os confrontos entre governantes rivais obedientes a diferentes credos era prática comum nas décadas que antecederam o início da Primeira Cruzada.

Não eram guerras religiosas — com efeito, a religião era muito frequentemente secundarizada em relação às considerações comerciais e geopolíticas.¹⁹ Porém, *eram* guerras entre homens religiosos com consequências que perdurariam ao longo de gerações; tanto assim foi, que ainda podiam ser sentidas no tempo de Ibn al-Athir. O colapso conjunto das guerras por territórios e das guerras travadas com base na fé e no dogma, procurando a supremacia espiritual, desempenharia um papel fundamental no arranque dos duzentos anos, ou mais, de conflitos que se manifestariam, principalmente, nos termos de uma batalha pela única e verdadeira fé.

POETAS E REIS DAS TAIFAS

*Agora que estão fortes e capazes, os cristãos desejam
recuperar aquilo que perderam pela força...*

No início do domínio normando da Sicília, na década de 1070, com a derrocada da ilha, cidade após cidade, perante os ataques dos bárbaros soldados do conde Rogério que empunhavam escudos talhados na forma de lágrimas colossais, um jovem poeta muçulmano fugia com a família. O seu nome era Ibn Hamdis ('Abd al-Jabbar Ibn Hamdis) e tinha 24 anos. Nascido em Siracusa por volta de 1054, cresceu no conforto requintado de uma família abastada, tendo desfrutado de uma educação culta que lhe permitiu mais facilmente dedicar a vida à popular poesia árabe, um sinal de enorme cultura naquela época. Este talento ajudou-o a adquirir a consciência de destruição, de sofrimento e de perda, às quais assistiria durante uma vida longa e agitada. Também lhe permitiu fazer nome, proporcionando-lhe o acesso a muitas cortes instruídas do Mediterrâneo islâmico.

Deixar a Sicília foi como se lhe tivessem arrancado a alma, e esta partida deixou-o para sempre pesaroso pela turbulenta ilha onde nascera. «Fui expulso do Paraíso», escreveu certa vez; com a nostalgia e a saudade a impregnar-lhe os poemas, escreveu até muito para lá dos 80 anos.¹ No entanto, se este exílio causou dor, também foi proveitoso. Após deixar a Sicília, Ibn Hamdis seguiu mais para ocidente tornando-se num protegido de um dos maiores mecenas dos artistas do seu tempo, Muhammad al-Mu'tamid ibn Abbad, rei da taifa de Sevilha. Al-Mu'tamid, que se aproximava

dos 40 anos quando da chegada de Ibn Hamdis, era, também ele, um poeta muito capaz; herdara o jeito para as palavras de um pai rude, mas eloquente, al-Mu'tadid, cujas implacáveis campanhas militares fizeram de Sevilha um dos mais poderosos domínios da região e cujos modos de interação com o inimigo eram efetivamente desleais, tal como certa ocasião em que asfixiou até à morte um grupo de diplomatas que o visitavam no balneário do seu palácio.²

Al-Mu'tamid foi, de alguma forma, um governante menos espinhoso do que o pai e um poeta mais talentoso.³ Adotou Ibn Hamdis como um dos seus muitos incondicionais parceiros líricos, inserindo-o no conjunto dos seus assalariados. Desta forma, o exilado siciliano passou a habitar numa das cortes mais intelectuais e voluptuosas do Ocidente, onde os prazeres ilícitos do vinho e do sexo fortuito estavam sempre disponíveis, e a vida era, como afirmou, «perdoável apenas quando caminhamos pelas margens do prazer e abandonamos todas as restrições».⁴

Ibn Hamdis ansiava constantemente pela sua terra natal, mas tudo, pelo menos de momento, corria bem.

A hegemonia de Sevilha era relativamente recente. Um século antes, se um jovem muçulmano instruído tivesse procurado refúgio na região, teria corrido sem hesitar para Córdova, capital regional do califado omíada: uma megacidade com meio milhão de habitantes e uma das mais sofisticadas e inspiradoras metrópoles do mundo, onde cientistas, astrólogos, filósofos e matemáticos estudavam os mistérios do universo enquanto artesãos e arquitetos ensaiavam os limites da perfeição artística. Porém, em 1031, o califado omíada colapsou e Córdova mergulhou num torpor intelectual, as suas bibliotecas foram pilhadas, os livros queimados e as famosas oficinas fecharam.

Deste vazio surgiram muitas dezenas de pequenos reinos formalmente independentes — as taifas —, dos quais Sevilha era o mais eminente (os restantes eram Málaga, Granada, Toledo, Valência, Dénia, as ilhas Baleares, Saragoça e Lérida). A *taifa* — a expressão corresponde a um principado independente — de

Sevilha compreendia uma larga faixa do sul da Península Ibérica, o al-Andalus. Aquela cidade, que emprestou o nome ao reino, fica cerca de 200 quilómetros a norte do Estreito de Gibraltar, organizada em redor de um alcácer, ou *alcazar* (castelo ou palácio), nas margens do rio Guadalquivir. Os seus domínios estendiam-se, nos pontos mais distantes, de Silves e do restante Algarve, na costa atlântica de Portugal dos nossos dias, a Múrcia, a nascente. Na governação da dinastia al-Mu'tamid, conhecida por abádida, Sevilha assimilou muitos dos minúsculos reinos que a circundavam e fez brotar solo arável, portos concorridos e rotas comerciais estratégicas unindo o Norte de África ao continente europeu. Era afamada pela qualidade dos instrumentos musicais, pelos colorantes carmesins para os tecidos, a cana-de-açúcar e os azeites. Esta constante ação dos seus governantes foi narrada em verso pelo pai de al-Mu'tamid. «Eu partilho o meu tempo entre trabalho duro e lazer,/As manhãs para os assuntos de Estado, as tardes para o prazer!»⁵

A soberania de al-Mu'tamid marcou o apogeu do poderio de Sevilha e, caso tivesse sido um governante afortunado ou enfrentado desafios um pouco diferentes, é possível que prosseguisse sem grande dificuldade a expansão das fronteiras de Sevilha até conseguir reunir todas as taifas em algo que se pudesse assemelhar ao califado omíada, que havia colapsado pouco antes do seu nascimento. Como assim não foi, presidiu à sua triste desintegração, anunciada em primeira instância por um rei do extremo oposto da Hispânia: Afonso VI de Castela e Leão.

Cerca de 400 quilómetros a nor-nordeste de Sevilha ficam as altas muralhas de pedra e os torreões de Toledo, outrora a poderosa capital do Império Visigodo e agora, sob soberania islâmica, repleta de belas pontes, balneários públicos, mercados e mesquitas. Toledo transpôs o largo rio Tejo de correntes fortes — a mais longa via naval da Ibéria, nascendo nos Montes Universais e desaguando a cerca de mil quilómetros no Atlântico, em Lisboa. Os seus vales e leito definiam a fronteira, um contestado limite além do qual

ficava território controlado pelos reis cristãos do norte da península. Aqui, como no Sul, o território encontrava-se dividido entre soberanos rivais que partilhavam a mesma religião, mas que competiam entre si disputando a supremacia. Galiza, Leão, Castela, Aragão, Navarra e Barcelona eram os reinos mais preeminentes. E como no Sul, um destes reis e respetivo reino suplantavam os restantes em poder e influência.

Entre 1072 e a sua morte em 1109, no auge dos seus 70 anos, este soberano foi Afonso VI. Teve como cognome *El Bravo* e empenhou-se a comprová-lo durante toda uma vida. Recebeu as coroas de Castela e Leão, tendo ainda governado a Galiza e algumas regiões de Navarra. Em território e reputação, era o monarca cristão mais proeminente aquém dos Pirenéus. Foi descrito por um cronista que o admirava enquanto «católico em todos os sentidos» e «tão terrível para os praticantes do mal, que estes teriam preferido nunca lhe terem surgido pela frente». ⁶ Um outro escreveu que possuía «grande força tanto no juízo como nas armas num grau raramente visto entre os mortais». ⁷

Tratava-se, sem dúvida, de um elogio comum (e Afonso deixaria uma impressão muito mais enfraquecida e menos romanceada no imaginário popular espanhol do que o seu antigo servidor, Rodrigo Díaz de Vivar, mais conhecido na história por *El Cid*), mas estes encómios resultavam do facto de, aproximadamente da mesma forma que Afonso assegurava o poder no Norte, al-Mu'tamid dominava as taifas do sul de Espanha. A ascensão ao poder do primeiro deu-se após ter deposto Garcia, o irmão mais novo, e apoderado da Galiza e, conseqüentemente, ter aproveitado a violenta morte do irmão mais velho, Sancho, assassinado num embuste no decorrer de um cerco. Durante uma longa vida, teve cinco mulheres e duas amantes, enfrentou em inúmeras batalhas adversários cristãos e muçulmanos, adquirindo uma imensidão de títulos honoríficos como o epíteto de *imperator totius Hispaniae* (imperador de toda a Hispânia) a partir de 1077. Foi mais ambicioso do que o necessário: o seu império estendia-se desde a costa atlântica da Galiza, a ocidente, até Barcelona, a nascente, e nunca

se sentiu completamente seguro abaixo do Tejo, onde al-Mu'tamid e os outros reis das taifas pagavam a Afonso enormes tributos monetários, as *parias*, para que não os incomodasse. Ora, se este título não refletia uma realidade política integral, mostrou o caminho que Afonso seguiria. Estava determinado a expandir as fronteiras do reino e só um soberano ousado se atreveria a cruzar-lhe o caminho.

Na segunda metade do século XI, as ambições de Afonso e de outros príncipes cristãos achavam-se fortemente estimuladas pelo papado de Roma. Havia ligações históricas antigas entre Roma e a Península Ibérica — a conquista da *Hispania* fora uma das questões expansionistas mais importantes para a República Romana desde o século III a.C. até à sua submissão perante Augusto no ano 19 a.C.; depois, esta província integrou o Império Romano durante cerca de meio milénio. No século XI, os papas instalaram-se onde os cônsules e os tiranos haviam antes governado com poder absoluto, ainda que dotados de uma idêntica mentalidade de conquista. Desde a década de 1060 que os sucessivos pontífices assumiram o desejo de trazer determinadas regiões cristãs da península a uma obediência formal a Roma — fazendo recuar e até eliminar os rituais moçárabes seguidos por muitos cristãos «arabizados» em favor dos genuinamente latinos, e afirmando o direito de administrar de forma direta as questões religiosas e obter tributos financeiros dos povos cristãos ali instalados.

No que a isto se refere, em parte, os papas seguiam o senso generalizado, pois havia um interesse crescente nos assuntos a sul dos Pirenéus por parte de cavaleiros, eclesiásticos e peregrinos comuns de toda a Europa Ocidental. Os combatentes vislumbravam uma oportunidade de fazer fortuna ao participar nas constantes e fúteis batalhas entre os diversos soberanos dos reinos e taifas. Os monges que seguiam a regra cluniacense reformada (cuja designação advém da sua origem em Cluny, Borgonha, no século X) sentiam-se cada vez mais ansiosos para introduzir a sua disciplina nos mosteiros. Leigos devotos que desejavam purificar as almas

dos pecados seguiam as estradas de penitência até à Galiza, conhecidas por Caminho de Santiago, que conduziam ao túmulo do apóstolo Tiago, ou Santiago de Compostela: um dos locais mais sagrados do mundo cristão. Poderia ser uma viagem perigosa — um guia francês dos princípios do século XIII lançou diversos alertas quanto à impureza mortífera das águas do rio que ladeavam o caminho e a perdição das gentes que ali habitavam, como os camponeses de Navarra, que «praticam fornicação ímpia» com as suas mulas e éguas.⁸ Mas a viagem compensava o desconforto. Com frequência eram relatados milagres no Caminho: nasceram folhas nas lanças dos soldados, espetadas num solo das proximidades de Sahagún; São Tiago fez ressuscitar um viajante que fora injustamente enforcado por roubo; curou um jovem que cortara o próprio pénis por expiação devido ao pecado da fornicação.⁹ E num passado distante — que se disse ter sucedido no ano 834 ou 844 —, São Tiago terá surgido numa batalha contra muçulmanos hispânicos envergando uma armadura e levando as forças cristãs à vitória, o que lhe valeu o epíteto de Santiago *Matamoros* (Santiago *Mata-Mouros*).

Ignorar estas tendências seria uma falha para quem estivesse instalado no trono de São Pedro e, desde a década de 1060 foram emitidas proclamações pontifícias a promover o apoio explícito de Roma aos esforços de expansão territorial dos príncipes cristãos da Península Ibérica. Em 1063, o papa Alexandre II ofereceu a absolvição de alguns dos pecados a cavaleiros franceses e italianos «determinados a partir para Hispânia» — uma condição em outras cartas aproximadamente da mesma altura é a de que, ao «partir para Hispânia», tais cavaleiros teriam de combater os muçulmanos.¹⁰ O objetivo destes combatentes seria a cidade de Barbastro, leal ao soberano muçulmano de Saragoça. O cronista conhecido por Ibn Hayyan relatou um cerco de quarenta dias conduzido por cavaleiros que, genericamente, apelidou de «cristãos», embora alguns viessem de lugares tão próximos como a Catalunha e outros de tão longe como a Normandia ou o sul da Península Itálica. De início, o cerco parece ter dado frutos assim que os cristãos

cortaram o abastecimento de água a Barbastro, bloqueando um aqueduto, e os desesperados e sedentos habitantes ofereceram escravos e pagamentos em troca da paz. No entanto, depressa se iniciou o massacre no qual foram emitidas ordens para uma pilhagem e carnificina generalizada. «Mais de seis mil muçulmanos sucumbiram às espadas dos cristãos», escreveu Ibn Hayyan, pormenorizando a debandada em pânico dos habitantes de Barbastro pelos portões da cidade até às muralhas, o que conduziu à morte de muitos por esmagamento. Seguiram-se atrocidades como violações das filhas diante dos pais, de mulheres à frente dos maridos e uma impiedosa carnificina de civis foi relatada pelo cronista como «invariável costume dos cristãos sempre que tomam uma cidade pela força das armas [...], tais foram os crimes e os excessos cometidos pelos cristãos nesta ocasião, que não há pena suficientemente eloquente que os possa descrever».¹¹

Com a presença desta cavalaria cosmopolita, a aprovação do papado, aparatosas metodologias de carnificina e uma invocação explícita dos objetivos religiosos, o ataque a Barbastro de 1063 anunciou de forma declarada muito do que mais tarde seria observado enquanto componentes essenciais das «cruzadas» cristãs. No contexto da Península Ibérica do final do século XI, contudo, teve a sua importância, pois anunciou uma mudança para uma política de expansão mais agressiva — (mais tarde referida como a Reconquista) pelos reinos cristãos do Norte. Esta expansão seria, inevitavelmente, direcionada aos vizinhos muçulmanos das taifas e continuou a ser fortemente inflamada por Roma. Gregório VII foi eleito papa na sequência da morte de Alexandre II em 1073 e não perdeu tempo a anunciar os seus pontos de vista sobre a conquista da Península Ibérica.

«Cremos [...] que, em tempos idos, o reino de Hispânia pertenceu a São Pedro em completa soberania», escreveu Gregório no início do seu pontificado. Não obstante as pretensões de Afonso VI para vir a ser imperador de toda a península, este era o incentivo necessário. Quando Afonso enviou um dos seus senhores ao Sul, a Granada, para efetuar a coleta da *paria* devida pelo príncipe da

taifa ‘Abd Allah, este tornou claro que compreendia precisamente de que lado o vento passara a soprar. Numa passagem registada na sua brilhante crónica, conhecida por *Tibyan*, ‘Abd Allah resumiu a nova posição: «De início, o al-Andalus pertenceu aos cristãos. Foram depois derrotados pelos árabes [...] Agora que estão fortes e capazes, os cristãos desejam recuperar aquilo que perderam pela força».¹²

‘Abd Allah redigiu estas linhas na década de 1090, embora, em retrospectiva, o seu julgamento não saia distorcido. O massacre de Barbastro foi seguido por uma série de campanhas concertadas e comandadas pelo omnipresente Afonso VI. Tanto em 1082 como em 1083, no seguimento de uma série de exigências cada vez mais extorsivas para o pagamento dos tributos, al-Mu’tamid de Sevilha decidiu deixar de pagar as *parias* a Afonso. Para acentuar a questão, e evocando os piores excessos do seu pai, executou o embaixador que Afonso enviara para cumprir a demanda.¹³ Em resposta, Afonso iniciou uma série de ataques a Sevilha no verão de 1083. As suas tropas seguiram diretamente para o centro do território de al-Mu’tamid e o próprio Afonso cavalejou toda a distância que o separava de Tarifa, até às vagas que rebentavam no areal, além do qual a linha irregular da costa do Norte de África fica claramente identificável. «É este o limite de Espanha, onde tenho o pé!», afirmou.

Um ano passado, lançou as vistas para um objetivo mais perto de casa — a cidade de Toledo, onde o ineficiente soberano muçulmano Al-Qadir fora deposto por uma população desiludida. Convicto de proceder corretamente em relação a um colega soberano deposto, Afonso cercou Toledo. A cidade foi invadida em 6 de maio de 1085. No entanto, Al-Qadir não regressou ao poder; seria enviado para Valência, antiga colónia de Toledo, para ali desempenhar o cargo de soberano-fantoches. Em Toledo, Afonso assumiu o controlo direto sobre o que fora até muito recentemente uma das cidades mais poderosas da península muçulmana. Esta conquista foi, portanto, um ponto de viragem, tanto política

como simbolicamente. E chocou o mundo islâmico.¹⁴ «Estamos dominados por um inimigo que não nos dará paz: como poderá alguém viver num cesto com serpentes?», lamentou um observador.¹⁵ Afonso passara a controlar uma larga extensão do vale do Tejo e um grande número de muçulmanos, dentro e fora das muralhas de Toledo, passava a viver não numa taifa, mas sob a proteção de um rei cristão.

Afonso evitou a lamentável carnificina que caracterizou Barbastro vinte anos antes; concedeu liberdade de culto islâmico aos habitantes em troca de um imposto anual, permitindo que a mesquita central de Toledo permanecesse em mãos muçulmanas. Porém, não era exatamente um modelo de tolerância — em 1086, numa audiência com homens da Igreja, justificou a conquista de Toledo defendendo que «seria agradável aos olhos de Deus se eu, Afonso, o imperador, conduzido por Cristo, conseguisse recuperar para os devotos da Sua fé a cidade que perversa gente sob a maléfica orientação do seu líder Maomé tomara aos cristãos».¹⁶ E ainda fez um acrescento ao autoproclamado título de «imperador de toda a Espanha»: o igualmente vanglorioso «imperador das duas religiões». A batalha para tornar bem-sucedidas as ousadas reivindicações de Afonso ocuparia os soberanos cristãos da Península Ibérica nos quatro séculos seguintes.

O rei-poeta al-Mu'tamid fora claramente humilhado por Afonso, que, com a queda da taifa de Toledo, passava a ser o seu vizinho mais próximo. Assim, para se proteger, al-Mu'tamid lançou o olhar para sul, além do Estreito de Gibraltar, para a região que compreende Marrocos e o território ocidental da Argélia, onde o poder estava nas mãos de uma facção deveras perniciososa e puritana de berberes conhecida por Almorávidas (*al-murabitan*). Os Almorávidas seguiam uma rigorosa e punitiva interpretação das leis do Alcorão, cobriam os rostos com véus, estabeleciam-se em mosteiros fortificados conhecidos por *ribats* e pouco tempo tinham para as indulgências sensuais da corte de al-Mu'tamid, onde, nas próprias palavras do rei: «Eu caminho por entre esquadrões de belas mulheres que acrescentam brilho aos padrões mais elevados. E as armas

dos meus guerreiros dispersam as trevas/ o vinho passado de mão em mão por jovens mulheres cobrem-nos de luz.»¹⁷ O seu líder, Yusuf ibn Tashfin, proclamou-se emir dos muçulmanos (*amir al-muslimin*) e possuía uma autoconfiança comparável à do mal-dito Afonso. As conquistas almorávidas no Norte de África não deixaram espaço para dúvidas quanto à sua capacidade marcial. No al-Andalus, solicitar o seu auxílio era, por definição, procurar aborrecimentos. Mas al-Mu'tamid não teria grande escolha. Após a queda de Toledo, convidou Yusuf ibn Tashfin para que a invadisse, justificando-se de forma sombria: preferiria pastorear os camelos dos homens do sul, disse, do que montar guarda a uma pocilga dos incréus.

Na verdade, estava a desistir do seu reino. No início do verão de 1086, os Almorávidas atravessaram o Estreito e, tendo sido agraciados com generosas oferendas por parte do ilustre príncipe de Sevilha, seguiram ao encontro dos exércitos de Afonso, a quem infligiram uma pesada derrota na Batalha de Zalaca no dia 23 de outubro. Afonso saiu seriamente ferido, esfaqueado na coxa num frente a frente com um soldado negro africano, cuja adaga penetrou tão fundo que lhe perfurou a sela.¹⁸ Perdeu trezentos cavaleiros e cerca de metade dos seus dois mil e quinhentos robustos soldados, mas a ferida no seu prestígio ainda foi maior. Um posterior cronista marroquino designou-a como «uma das mais celebradas vitórias no al-Andalus [...], na qual Deus [...] pôs fim às ambições de Afonso».¹⁹ Yusuf enviou às cidades do al-Andalus, em carroças, as cabeças dos cristãos derrotados em montículos aterradores.²⁰ Depois, regressou a casa, deixando Afonso na posse de Toledo. Um e outro teriam muito em que pensar.

Quando al-Mu'tamid chamou os Almorávidas sabia estar a fazer um pacto com o diabo e, em 1090, as terríveis consequências desta estratégia tornaram-se evidentes. Yusuf estava empenhado na preservação da pureza e na unidade islâmica do al-Andalus, mas, após consultar especialistas em leis em Marrocos, concluiu que tal não o obrigaria a preservar os tronos dos fracos e incapazes pequenos soberanos das taifas. A disponibilidade destes para pagar

tributos aos monarcas incréus do Norte deixou-os fatalmente comprometidos, e — como Yusuf justificou — prontos para serem depositos por alguém com melhores condições de defender o islão.

Quando, em setembro, os Almorávidas atacaram e depuseram os reis vizinhos de al-Mu'tamid, de Málaga e de Granada, ficou terrivelmente claro o que se seguiria. No verão de 1091, Yusuf virou-se para al-Mu'tamid e cercou Sevilha. Numa tremenda ironia, al-Mu'tamid enviou um pedido de auxílio ao rei Afonso, que se encontrava longe a combater um senhor de outra taifa, em Saragoça. Respondeu à chamada, embora demasiado tarde. Em novembro, Sevilha caía. Os filhos de al-Mu'tamid foram obrigados a entregar as chaves do alcácer e o rei-poeta foi transportado de barco para uma prisão em Marrocos. Selara o destino, não apenas do seu reino, mas de todas as restantes taifas, e, pelo fim do século, a maioria havia sucumbido aos Almorávidas para se tornar uma parte do império norte-africano que prestava obediência religiosa (pelo menos em teoria) ao califa abássida, muito longe em Bagdade. Uma pequena parte de território foi recuperada pelos reinos cristãos do Norte, embora as *parias* deixassem de ser coletadas. Por outro lado, a estratégia de al-Mu'tamid foi um falhanço completo.

A imagem de al-Mu'tamid quando abandonou o seu reino foi, certamente, piedosa. O poeta Ibn al-Labbana, contemporâneo e amigo de Ibn Hamdis no agora desbaratado círculo de *litterati* que outrora enriquecera a corte de Sevilha, escreveu:

Esquecerei tudo
 menos aquela manhã
 junto ao Guadalquivir
 quando foram levados para os barcos
 como os mortos para as sepulturas [...] ²¹

O lamento, como é evidente, justificava-se, pois al-Mu'tamid também escreveu com amargura sobre o seu fim na prisão de Aghmat.

Pergunto às minhas correntes
Compreendeis?
Rendi-me a vós.
Por que razão, então, não sois piedosas,
Não tendes compaixão?²²

Acabaria assassinado em 1095. O seu rival Afonso VI viveria até 1109, morrendo ao defender Toledo de um ataque almorávida. Numa tentativa de agradar aos muçulmanos residentes nos seus domínios, tomou para sua concubina uma mulher de nome Zaida, uma das noras de al-Mu'tamid. No entanto, não foi mais longe do que isto no que respeitou ao envolvimento com o islão.

Entretanto, Ibn Hamdis sentia-se novamente deslocado. Treze anos depois de chegar a Sevilha vindo da Sicília, via a sua terra de adoção seguir o mesmo caminho da sua terra de nascimento: esventrada pelas armas e dominada por um invasor estrangeiro — embora, desta vez, islâmico e não cristão. Quando al-Mu'tamid foi capturado em 1091, Ibn Hamdis fugiu e vagueou durante o resto da vida entre as cortes de Ifriqiya, Argélia e Marrocos, onde viveu do que escrevia até ao fim dos seus dias em Maiorca. Em 1133, morreu cego, só e muito pesaroso com quase 80 anos. Nos seus versos, alertou para que outros evitassem a todo o custo a sua experiência. «Agrilhoai-vos ao reino que seja a vossa amada pátria», escreveu, «e morrei em casa.»²³

O VIBRANTE E INTENSO RELATO DAS GUERRAS QUE MARCARAM O DESTINO DO OCIDENTE

Ao longo de mais de mil anos, Cristãos e Muçulmanos viveram lado a lado, às vezes em paz, às vezes em guerra. Quando os exércitos cristãos conquistaram Jerusalém em 1099, deram início ao período mais notório de conflito entre as duas religiões. Desde a prédica da Primeira Cruzada pelo papa Urbano II, em 1095, até à perda do último posto avançado cruzado no Levante em 1302-1303, e da tomada de Jerusalém em 1099 até à queda de Acre em 1291, este livro narra uma história banhada em sangue islâmico, cristão e judeu, povoada por personagens extraordinárias e caracterizada tanto por ambições modestas como por princípios elevados.

As Cruzadas continuam a ser um grito de guerra até hoje, mas o seu papel no imaginário popular ignora a cooperação e a coexistência complexa que eram tão características desse tempo como era a guerra. Neste livro, Dan Jones apresenta os vários lados dessa história, traçando um caminho profundamente humano e assumidamente pluralista deste período da História.

«Viagens, batalhas, cercos e carnificina — a tumultuosa e emocionante História das Cruzadas de Dan Jones é uma das melhores.»

Sunday Times



Penguin
Random House
Grupo Editorial

penguinlivros.pt

  penguinlivros

ISBN: 978-989-589-198-6



9 789895 891986